

O BRASIL VAI SAIR DA MORATÓRIA

Ontem à noite, só estavam faltando algumas consultas aos credores para surgir o acordo.

Um acordo para o fim da moratória brasileira estava sendo concluído em Nova York, na noite de ontem, entre o comitê dos bancos credores e o enviado especial do Brasil, Fernão Bracher. A informação de que um acordo era iminente chegou a ser confirmada por algumas fontes dos bancos e dos governos brasileiro e norte-americano, sem a liberação de detalhes, e com a advertência de que obstáculos ainda poderiam surgir, forçando a uma nova reunião para hoje.

As 7h30 da noite, Fernão Bracher começava uma exposição sobre a resposta brasileira à proposta escrita apresentada pelos Estados Unidos. Depois, os representantes dos 14 bancos do comitê que negocia em nome de mais de 600 credores e os observadores de vários bancos centrais de governos envolvidos fariam consultas, internas e externas, antes que uma decisão final fosse anunciada.

“Podemos ficar reunidos a noite toda”, disse um dos banqueiros ao JT e a O Estado.

“Este é o momento certo para um acordo”, comentou um funcionário do governo americano, lembrando que ontem foi iniciada a reunião do Icerc, a comissão interagências que examina a dívida brasileira para decidir se a reclassifica como “valor depreciado”, obrigando os bancos a elevar de novo suas reservas e marginalizando o Brasil ainda mais do sistema financeiro internacional.

A reunião do Icerc, que envolve seis funcionários do Sistema da Reserva Federal, da agência de controle da moeda e de uma corporação de seguros de depósitos, é totalmente sigilosa e vai até o dia 29, podendo prolongar-se por dez dias. Um banqueiro comentou para o Wall Street Journal que “só um milagre impedirá o rebaixamento do Brasil, revelando-se muito pessimista.

A fórmula

A fórmula para o acordo seria a mesma antecipada pelo JT e o Estado desde a semana passada, com os seus valores variando segundo a fonte de informações. Por ela, o Brasil depositaria uma parte dos juros devidos desde janeiro no Banco de Compensações Internacionais que é o banco central dos bancos centrais, na Suíça, enquanto que os bancos credores, com ou sem alguma ajuda do governo americano, completariam o restante. Um valor muito mencionado é o de US\$ 668 milhões de dólares, relativos aos juros de fevereiro, março e abril. Os bancos entrariam com o restante, completando o total de US\$ 4,5 bilhões. Outro valor cogitado seria US\$ 1,5 bilhões.

Mas Fernão Bracher o descartou, ao entrar para a reunião de ontem, nos escritórios de advocacia Sherman e Sterling, na esquina das ruas Lexington e 53, ao lado dos prédios do Citicorp Center e do Citibank.

“Esta quantia não está sendo examinada”, disse Fernão Bracher, admitindo, pela segunda vez, que um acordo estava recebendo os retoques finais, e mais importantes. Pela manhã, quando consultado pelo JT e O Estado, em seu hotel, o Madison, onde está com reserva até o dia 29, ele preferiu alar do tempo, comentando o sol matinal e o azul do céu. Diante de perguntas diretas, ele começava a desperdir-se, dizendo que “está na hora de desligar...”

Ao entrar para a reunião como comitê dos bancos, Fernão Bracher também nada quis adiantar, explicando que há várias soluções sendo discutidas, e que não poderia saber qual a que prevaleceria. A um repórter que insistiu sobre o valor da caução no banco suíço, que ele próprio chama de “custódia”, respondeu: “O Brasil não fez nenhum depósito, e nas próximas horas não há perspectivas de fazê-lo”.

A fórmula para o acordo também garantiria o reescalonamento da dívida, sem estar definido se até 1989 ou se só até o final do ano que vem, e preservaria as linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias, num valor de US\$ 15 bilhões.

O Brasil contribuiu com idéias para o texto final da fórmula e a devolveu, com algumas restrições, na sexta-feira, para o governo americano. Foi então que outro processo teve início, agora junto aos banqueiros. Eles tiveram intensas reuniões durante o fim de semana, e o que chegou a transpirar foi que estavam resistindo a um acordo. Um deles referiu-se à solução encontrada como “um acordo diplomático”, e explicou: “O governo americano está apreensivo com a Bolsa de Valores. Uma crise desencadeada com a reclassificação do Brasil, neste momento, seria terrível, repercutindo muito negativamente no mercado. Veja bem: não se trata da Bolsa. Trata-se de ter outro tremor na indústria bancária. Com isto, a Bolsa poderia despencar outra vez”.

O fim da moratória, porém, significaria apenas o passo inicial para a abertura de outras negociações para o reescalonamento da dívida. Aí, então, para cada estágio alcançado haveria um desembolso de dinheiro depositado no Banco de Compensações Internacionais. A primeira etapa corresponderia a um acordo sobre o reescalonamento. A segunda, quando um número razoável de bancos, entre os 600 credores do Brasil, aderisse ao pacote. E a terceira, final, com a assinatura do acordo.

A fórmula elimina as incertezas que temORIZAM os governos abalados com a oscilação de suas Bolsas, livra os bancos da ameaça de novas reservas, porque contabilizarão juros como lucros, satisfazendo os regulamentos bancários americanos, e ao Brasil garante novos empréstimos. “A fórmula é muito engenhosa, e todos saem ganhando”, explicou uma fonte que participou da sua elaboração.

A primeira notícia sobre uma concorrência geral em torno da fórmula, após o fim de semana de discussões, circulou pela manhã de ontem.

...mas ainda mais